

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES – 8ª DO ANO DE 2023.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de maio (05) de dois mil e vinte e três (2023), às 19 horas, reuniu-se a Câmara Municipal de São José do Calçado-ES, sob a presidência do vereador Roberto João Mozelli Calhau Vervloet, que verificou no livro de presença o comparecimento dos seguintes representantes deste Legislativo Municipal: Alcemar Dutra Pires Marven Menezes Lins, Jarmas de Almeida Leite, José Manoel Lopes da Silva, Jurandi Medeiros de Atháides e Janaina Luzia O. Pimentel Passalini. Ausentes os Vereadores Pedro Paulo Silva de Souza e Wagner Vieira França. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos da presente sessão e convidou a todos para a execução dos hinos Nacional e do Município. Em seguida convidou o Pastor Luis Carlos que sempre comparece às sessões desta Casa para trazer uma mensagem de fé. Logo após cumprimentou a cada um dos colegas Vereadores, cumprimentou também a platéia e a todos que estão assistindo pelo canal oficial da Câmara. O Presidente pediu a Vice-Presidente, Vereadora Janaina para secretariar os trabalhos da presente sessão, devido a ausência do 1º Secretário, Vereador Pedro Paulo e proceder à leitura da ata da sessão ordinária anterior que foi aprovada sem ressalvas. Leitura da ata da sessão solene da Câmara Municipal para entrega de honrarias referente ao ano de 2022. **PEQUENO EXPEDIENTE:** O Presidente anunciou que gostaria de fazer uso do Pequeno Expediente para dar ciência a população, na última sessão do dia 10 de maio a Câmara Municipal deu cumprimento a uma decisão liminar no processo nº 5004774-86.2023.8.08.0000, naquela situação envolvendo a Comissão Processante foi composta a Comissão pela Vereadora Janaina, Vereador Pedro Paulo e o terceiro sorteado que foi o Vereador Wagner, a Câmara na pessoa do seu Presidente protocolou um recurso de agravo de instrumento em face da decisão liminar proferida pelo Juiz da Comarca de nosso

Município. Fez a leitura da decisão na íntegra. E acrescentou que na última terça-feira a Câmara Municipal tomou ciência da decisão do Desembargador Dr. Júlio César o qual anulou a decisão do Juiz retornando a decisão do Plenário da Câmara que anulou o sorteio realizado em 24 de março e em 27 de abril realizou um novo sorteio, sorteando os Vereadores Marven, Wagner e José Manoel onde foi eleito o Vereador Wagner para o cargo de Presidente e o Vereador Marven para o cargo de Relator, sendo assim fica anulada a decisão do Juiz pelo presente agravo de instrumento e retorna a Comissão. A Comissão já tomou ciência, já tomou posse e na data de hoje notificou o Prefeito. A partir de agora o Prefeito tem dez dias para apresentar sua defesa e após isso a Comissão se reunirá para analisar a defesa e decidir pelo prosseguimento ou pelo arquivamento da denúncia. **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei Complementar nº 08/2022**, de autoria do Executivo que “Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual e dá outras providências, de que trata a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações”. Parecer da Assessora Jurídica da Câmara, Dr^a Samira Pimentel Mangaravite, pela legalidade do Projeto de Lei Complementar. Parecer do Relator da Comissão de Justiça, Vereador Marven, manifestando pela constitucionalidade do Projeto. Parecer da Comissão de Justiça e Redação, Vereadores Jarmas – Presidente, Marven – Relator e Wagner – Secretário considerando, por unanimidade, constitucional o Projeto de Lei Complementar nº 08/2022, não havendo reparos a serem realizados em sua redação. **Aprovado. Projeto de Lei Complementar nº 010/2022**, de autoria do Executivo que “Concede isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano no Município de São José do Calçado aos contribuintes portadores de deficiência física, na forma que especifica e dá outras providências”. Parecer do Relator da Comissão de Justiça, Vereador Marven, manifestando pela constitucionalidade do Projeto. Parecer da Comissão de Justiça e Redação, Vereadores Jarmas – Presidente, Marven – Relator e Wagner – Secretário considerando, por unanimidade, constitucional o Projeto de Lei Complementar nº 010/2022, não havendo reparos a serem realizados em sua redação. O Vereador Marven comentou que o Vereador Waguinho França foi o idealizador desse Projeto, entrou

em consenso com o Executivo que fez algumas modificações e disse que se sente feliz porque esse projeto vai ajudar muito a diversas famílias. Agradeceu ao Vereador Waguinho pela matéria, e justificou que o mesmo não pôde comparecer a sessão porque sofreu um acidente há poucos dias. **Aprovado. Projeto de Lei nº 017/2022**, de autoria do Executivo que “Institui o Programa Bolsa Atleta Calçadense, no âmbito do Município de São José do Calçado, e dá outras providências”. Parecer da Assessora Jurídica da Câmara informando que é legal a criação do programa por meio de lei municipal, atendendo o critério da legalidade e entende que o Projeto está de acordo com o previsto na Constituição, não havendo ilegalidades. **Aprovado. Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2023, de iniciativa da Vereadora Janaina Beline**, que “Altera a redação do artigo 102, da Lei Orgânica do Município de São José do Calçado, e dá outras providências”. Por se tratar de um projeto de alta complexidade o Vereador Marven pediu que ficasse em estudo. A Vereadora Janaina esclareceu que o Município tem necessidade de fazer essa adequação em cumprimento de exigência da Lei Federal, mas considera importante que o projeto tenha Parecer Jurídico e uma análise da Comissão. O Presidente ouviu o Plenário e os Vereadores Alcemar, Marven e Jurandi votaram para que o Projeto ficasse em estudo, os Vereadores Jarmas, José Manoel e Janaina para que fosse levado a votação, havendo empate o Presidente votou para que ficasse em estudo na Comissão de Justiça. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2023 em estudo na Comissão de Justiça**. O Presidente acrescentou que é um projeto que deve ser votado em dois turnos com interstício mínimo de dez dias entre um turno e outro. **Requerimento nº 074/2023 de autoria do Vereador Alcemar** solicitando ao Exmº. Sr. Prefeito que seja aplicada a **Lei nº 1.708/2011**, que: “Dispõe sobre a alteração do mês de revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, a qual deverá ser realizada no mês de janeiro de cada ano”. **Aprovado. Requerimento nº 088/2023 de autoria do Vereador Marven Menezes** solicitando ao Prefeito que

informe quais foram as providências tomadas pelo Município para garantir que os trabalhadores afetados pelas intensas chuvas ocorridas em nosso Município no ano de 2023 tenham a possibilidade de sacar o saldo de suas contas de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Considerando a gravidade das chuvas e seus impactos sobre a população local, é fundamental que os cidadãos afetados tenham acesso a recursos financeiros para reconstruir suas residências e recuperar suas vidas. O FGTS, como um direito trabalhista, representa uma importante fonte de apoio nesses momentos difíceis. Dessa forma, solicita que o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal forneça esclarecimentos sobre as medidas tomadas pelo Município para garantir o saque do saldo do FGTS pelos trabalhadores prejudicados pelas chuvas. Em específico, peço as seguintes informações: - quais procedimentos foram realizados pelo Município para facilitar e agilizar o saque do FGTS pelos trabalhadores afetados?; - foram estabelecidos pontos de atendimento ou postos avançados para auxiliar os cidadãos na solicitação e retirada dos valores do FGTS?; - O Município estabeleceu parcerias com a Caixa Econômica Federal para a realização do saque?.

Ainda o Vereador Marven apresentou Requerimento nº 090/2023 solicitando ao Prefeito e ao Secretário de Educação deste Município solicitando que apresentem o nome do funcionário com curso de primeiros socorros e prevenção de acidente, conforme obrigatoriedade estabelecida pela Lei Municipal n. 2.270/2021, das escolas, creches e centro de educação infantil. Informa que a essa solicitação tem como objetivo garantir que todas as instituições de ensino estejam cumprindo as disposições da lei municipal e proporcionando um ambiente seguro para nossas crianças. Acredito que a transparência e a prestação de contas são fundamentais para o bom funcionamento de nossa comunidade e para tranquilidade dos pais e responsáveis pelos alunos.

Aprovados. Requerimentos de autoria da Vereadora Janaina Beline: a) nº 078/2023 solicitando ao Prefeito a

contratação de um Chefe Distrital para cada um dos Distritos de São José do Calçado; **b) nº 079/2023** solicitando ao Sr. Prefeito que seja realizada a contratação de porteiros para atender as escolas e creches do município de São José do Calçado. **Aprovados. Requerimento nº 087/2023 de autoria do Vereador Marven Menezes** solicitando ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Esportes e Cultura que informem de que forma foi aplicado o recurso do convênio Fundo a Fundo, destinado a cultura do Município. **Aprovado. Requerimento nº 086/2023 de autoria do Vereador Jurandi Medeiros** solicitando ao Sr. Prefeito cópia integral da seguinte documentação: - Processo licitatório da obra do parque de exposições Divinéia; - Projeto de execução da obra; e - Processo licitatório do galpão leiteiro. **Aprovado. Ainda o Vereador Jurandi apresentou os seguintes Requerimentos: a) nº 091/2023** solicitando que encaminhe ofício à **ASCAMVES** – (*Associação das Câmaras Municipais e de Vereadores do Espírito Santo*), solicitando a mesma que envie uma nota de repúdio, em face do ocorrido com a *vereadora Janaína Luzia de Oliveira Pimentel Passalini – Janaína Beline*, vítima de assédio moral, onde a mesma relatou publicamente o que vinha sofrendo pelas ações do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. Antônio Coimbra de Almeida, exposto pela própria, em sessão Ordinária do dia 10 de março do ano em curso; **b) 092/2023** solicitando que encaminhe ofício que encaminhe ofício à Presidência do **PSB** – (*Partido Socialista Brasileiro*), solicitando que seja enviado uma nota de repúdio em face do ocorrido com a *vereadora Janaína Luzia de Oliveira Pimentel Passalini – Janaína Beline*, vítima de assédio moral, onde a mesma relatou publicamente na sessão Ordinária do dia 10 de março do ano corrente, o que vinha sofrendo pelas ações do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. Antônio Coimbra de Almeida, também filiado nesta sigla partidária. A Vereadora Janaina pediu para constar em ata que em relação as suas falas proferidas na sessão do dia 10 de março já se retratou. Se retratou na

sessão posterior e se retratou também do seu pronunciamento dentro do gabinete do Ministério Público em procedimento investigativo instaurado a pedido da presidência desta Casa de Leis e que foi arquivado. Diga-se de passagem caso o Plenário delibere por enviar os ofícios ora aqui lidos, ela mesma por iniciativa vai enviar também o seu ofício por conta própria tanto para a ASCAMVES tanto para a presidência do PSB esclarecendo que não foi assediada pelo Prefeito Municipal e que a sugestão do nobre Vereador deve ser rejeitada porque por diversas vezes foi bem clara neste Plenário, na sessão seguinte se retratou em relação ao seu pronunciamento e registra ainda que o mesmo escritório de advocacia que está assessorando a Comissão Processante é o escritório que presta assessoria jurídica a ASCAMVES, sendo no mínimo muito estranho essa sugestão do nobre Vereador porque ainda demonstra claramente parcialidade desta empresa contratada, que é uma empresa contratada a peso de ouro por esta Colenda Casa para acompanhar os trabalhos da Comissão. O trabalho da Comissão está longe de ser imparcial caminhando desta forma. O Presidente da Câmara informou a Vereadora Janaina que não deu entrada com pedido de processo investigativo simplesmente deu ciência do Ministério Público porque foi feita uma denúncia em Plenário e não está disposto a cometer o crime de prevaricação, então deu ciência ao Ministério Público porque quando você tem ciência de um suposto crime, você como autoridade deixar de dar ciência ao fato delituoso você está cometendo crime de prevaricação e esse não é o seu caso, agiu conforme considerou que devia e deu ciência ao Promotor de Justiça da Comarca. E quando a Vereadora cita o escritório do Dr. Hélio Maldonado foi um escritório que tem notável conhecimento jurídico no Estado do Espírito Santo, é o advogado da Associação, mas é um advogado de extrema confiança desta presidência, foi selecionado pela sua capacidade e quando a Vereadora cita a peso de ouro, não, não é a peso de ouro, em sua opinião saiu até barato o valor cobrado. E perguntou se a

Vereadora Janaina tem ciência que o Município de São José do Calçado, mesmo tendo inúmeros advogados, tem uma assessoria jurídica contratada e sugeriu que a Vereadora procure saber o valor cobrado na Prefeitura e compare com o valor que foi cobrado para a Câmara para acompanhar esse processo. O Presidente frisou que a Casa não contratou um único advogado, foi contratada uma equipe de advogados para assessorar a Câmara e neste último mês, entre 12/04 até a presente data foram inúmeras ações movidas no judiciário que demandaram um árduo processo, um árduo trabalho jurídico para que conseguissem obter êxito na iniciativa da Comissão Processante. Disse que entende o posicionamento da Vereadora Janaina, respeita, mas a Câmara necessitou contratar uma assessoria jurídica porque a Casa só tem um advogado, a Prefeitura tem dez advogados tem uma assessoria jurídica PJ contratada, então a Câmara tem sim justificativa para isso e por isso foi escolhido o escritório do Dr. Hélio Maldonado para assessorar a Comissão Processante. Considera ainda, que não vem ao caso essa discussão, o Vereador Jurandi está no direito dele de solicitar essa nota de repúdio, é o direito da Vereadora Janaina entender diferente, mas isso em nada envolve o fato da Câmara ter contratado, porque foi contratado sim uma assessoria para assessorar o processo de investigação e quem é contra a contratação dessa assessoria é porque não quer que seja investigado. A Câmara necessita sim desse apoio e desse assessoramento nesse processo. A Vereadora Janaina, pediu licença, disse que respeita o Vereador Roberto João como Presidente, respeita a assessora jurídica dessa egrégia Casa de Leis, porque no mandato passado essa Casa também teve Comissão Processante de Inquérito, com cinco mil páginas, e muito a estranha porque não precisou de contratação no valor de quarenta mil e quinhentos reais. O Presidente informou que é treze mil e quinhentos reais mês. A Vereadora Janaina disse que respeita, o Vereador Roberto João é o Presidente, o ordenador de despesa, mas é porque o

Dr. Leandro enquanto assessor jurídico desta Casa, uma CPI pesada referente ao saneamento básico, cinco mil páginas, não precisou de contratação de empresa a peso de ouro. O Vereador Marven pediu a palavra, disse que não gostaria de tocar nesse assunto, porque nem é o momento de falar de Comissão Processante, ela já está em andamento, mas o que estranha da Vereadora Janaina tocar na empresa de advocacia é que nunca viu ela tocar na empresa de advocacia da Prefeitura, um contrato exorbitante de assessoria, sendo que o Prefeito já tem vários assessores jurídicos. A própria Vereadora contratou um advogado para auxiliar. Isso é um direito, tem meso que defender a Vereadora. E perguntou a Vereadora Janaina, caso ela queira responder, se esse advogado é ela mesma que está pagando ou se é terceiros que estão pagando o advogado para estar instruindo a Vereadora. A Vereadora Janaina disse que não iria responder e da sua vida particular ela mesma cuida, como da vida particular dele ele mesmo cuida, porque em momento nenhum ela denunciou alguém, então, cada um faz o que quer e não tem nada a esclarecer. E na hora certa irá responder, tem recibos, mas não tem satisfação a dar ao Vereador Marven. O Vereador Marven agradeceu pela educação da Vereadora e disse que sabia que ela iria se comover com a pergunta. A Vereadora Janaina interrompeu e disse que comover não, disse ainda que o Vereador sabe do seu potencial financeiro, então sabe se ela pode ou não ter um advogado. O Vereador Marven respondeu que na verdade não sabe e nem quer saber porque é vida pessoal da Vereadora. A Vereadora Janaina disse que na sua campanha política sempre teve, aprendeu com o seu sogro, que tudo o que vai fazer na vida, se você não é especialista no assunto contrate alguém e pronto, e esse assunto não é do mérito do Vereador, e que aqui ela é a vítima. O Presidente acrescentou que quando se tem uma vítima tem um réu. O Vereador Marven comentou, com todo o respeito que tem pela Vereadora, que não é momento para se vitimizar, a Vereadora que causou tudo isso

e ela sabe disso, mas só tocou no assunto porque estranhou “o peso de ouro” que ela disse, e outra coisa, mandato passado era outro assessor jurídico da Câmara hoje é outra pessoa e todos têm que respeitar, é outra gestão. A Vereadora Janaina interrompeu dizendo que é dinheiro público. O Presidente esclareceu que é dinheiro público empregado em uma atividade da Câmara, a Câmara é um órgão de fiscalização. O Vereador Marven disse que na hora de fiscalizar o Executivo com um contrato exorbitante não falou em nenhum momento e agora treze mil e quinhentos de uma empresa de advocacia que a Câmara precisa porque tem apenas um assessor para atender todos os Vereadores e o trâmite da Câmara, o Presidente está errado de ter contratado, não consegue entender. Disse ainda que jamais quer adentrar na vida da Vereadora, não é do seu interesse nunca foi, foi só para dizer para a população que acompanha o trabalho desta Casa e vai acompanhar até o final dos trabalhos da Comissão independente do que acontecer, o que está sendo feito. Disse também que sentiu que a Vereadora ficou um pouco chateada com a pergunta, falou que a Vereadora está no direito de responder, mas não perguntou a Vereadora para ofender ela não. A Vereadora Janaina disse que não tem que dar satisfação ao Vereador não. O Vereador Marven interrompeu dizendo que a Vereadora Janaina deve satisfação para o povo. A Vereadora Janaina disse que está aqui para apresentar projetos e da vida particular cada um cuida da sua. Disse ainda que está falando de quarenta mil e quinhentos reais que esta Casa está pagando de honorários de advogado, e é dinheiro público, sendo que tiveram um brilhante assessor jurídico por dezessete anos que fazia um serviço de uma CPI robusta, de cinco mil páginas, sem a necessidade de uma contratação e não vai ficar aqui debatendo por coisas infundadas. Houve uma discussão entre os Vereadores o Presidente interrompeu e perguntou a Vereadora Janaina se a mesma se recordava e pediu a assessora da Casa para trazer um requerimento que está em

sua mesa, assinado por cinco Vereadores. A Vereadora Janaina interrompeu o Presidente, os dois se exaltaram o Presidente determinou cortar o microfone da Vereadora Janaina e pediu a mesma que respeitasse os Vereadores porque em todas as sessões ela interrompe a palavra dos Vereadores e pediu a mesma para respeitar o direito de cada Vereador. Em seguida, mostrando um documento perguntou a Vereadora Janaina se a mesma se lembrava daquele requerimento que ela também assinou e leu o nome dos Vereadores que assinaram, sendo Jurandi Medeiros de Athaides, Alcemar Dutra Pires, Wagner Vieira França, Marven Menezes Lins e Janaina Luzia Oliveira Pimentel Passalini em 19 de janeiro de 2023. O Presidente fez a leitura do Requerimento na íntegra: *“Os Vereadores da Câmara Municipal, integrantes das Comissões Permanentes desta Egrégia Casa de Leis, eleitos para o biênio 2023/2024 vêm requerer a V. Ex^a a contratação de uma consultoria jurídica, com experiência comprovada em procedimentos legislativos e direito público para assessorar as Comissões Permanentes desta Casa com intuito de dar todo suporte para o normal andamento dos trabalhos bem como as Comissões temporárias que forem criadas pelos fatos e fundamentos que passamos a expor. Senhor Presidente, quando assumimos os trabalhos das Comissões Permanentes desta Casa nos deparamos com projetos em estudo em Comissões desde 2018, são aproximadamente 50 projetos que estão parados sem o devido trâmite legal por motivos diversos. É de nosso conhecimento também que essa Casa de Lei possui uma assessora jurídica, porém sabemos que suas atribuições são muitas, como por exemplo, assessorar toda mesa diretora da Câmara, confeccionar proposições, assessorar os setores administrativos da Câmara, pareceres em licitações e compras, orçamentos, finanças e almoxarifado, dentre outras, o que acaba atrasando os trabalhos das referidas Comissões. Isto posto sugerimos a V. Ex^a que contrate uma empresa especializada em serviços advocatícios, pessoa jurídica, para*

que preste serviço de consultoria e assessoria jurídica tendo o advogado experiência comprovada em procedimentos legislativos e direito público para assessorar as Comissões Permanentes e as demais comissões que forem criadas nesta Casa.” Jurandi Medeiros de Athaides, Alcemar Dutra Pires, Wagner Vieira França, Marven Menezes Lins e Janaina Luzia Oliveira Pimentel Passalini. O Presidente relatou ainda que esse requerimento lhe foi endereçado em 19 de janeiro desse ano, no qual a Vereadora Janaina assim como outros Vereadores reconhecem a necessidade desta Casa contratar uma empresa de advocacia para assessorar o trabalho desta Câmara, acontece que o pedido da Vereadora era endereçado a um único nome, mas a Vereadora reconhece que essa Casa necessitava de um novo advogado para comissões temporárias e comissões permanentes desta Casa. Falou que a Vereadora Janaina precisa parar de contradizer suas falas. A Vereadora assina um documento solicitando a presidência desta Casa que contrate um advogado para assessorar os trabalhos da Casa e agora vem aqui com outro discurso assim como foi a pouco tempo atrás, denunciou o Prefeito de assédio moral, de estar coagindo e agora vem falar que não fez. E mostrou para a Vereadora que a mesma assinou o requerimento. Ela solicitou a contratação e hoje vem querer difamar o trabalho da presidência desta Casa por ter contratado um escritório de advocacia, escritório de advocacia esse que na semana passada conseguiu uma liminar retirando a Vereadora Janaina da Comissão porque ela quer na verdade fazer parte dessa Comissão para impedir o trabalho de investigação, e pediu que a Vereadora não viesse com demagogias porque essa Casa de Leis tem um Presidente que honra esta Casa, honra a independência do Legislativo. O povo está vendo. O seu trabalho nesta Casa é um trabalho imparcial e em prol da população de São José do Calçado. Afirmou que contratou sim uma empresa de advocacia que necessitavam de apoio especializado na condução desse processo, somente isso, e com relação ao

valor sugeriu que seja consultada a tabela de honorários da OAB. E quando a Vereadora fala que é dinheiro público, sim e ele deve ser empregado na fiscalização, o papel da Câmara não é todo ano devolver dinheiro para o Executivo não. É fazer um trabalho bem feito. E essa contratação condiz com isso. O Vereador Jurandi acrescentou que esse gasto poderia ser evitado se a Vereadora Janaina não tivesse provocado a situação. O Vereador Alcemar comentou que não precisava ter chegado a esse ponto, está tudo filmado, qualquer cidadão pode assistir no Youtube, ela relatou denunciando o Prefeito, pediu ajuda aos Vereadores, pediu ajuda aos homens desta Casa. Disse ainda que o dinheiro do Legislativo quando não tem nada urgente a ser feito, a Câmara devolve ao Executivo. Depois dessa denúncia a Câmara teve que contratar uma empresa para fazer o trabalho porque a assessora jurídica da Câmara está com uma demanda muito grande de trabalho dentro desta Casa porque ela não conseguiria tocar essa Comissão Processante. O Presidente interrompeu o Vereador Alcemar para lembrar que no início do ano teve uma Resolução, criada pela Vereadora Janaina no qual ela reivindicou que fosse feito parecer jurídico em todos os projetos de lei apresentados nesta Casa, algo que não era feito no mandato passado. Continuando o Vereador Alcemar disse que também iria se referir a esse fato, essa exigência de parecer jurídico em tudo tumultuou muito. Através do antigo assessor jurídico desta Casa Dr. Leandro Franco, seu amigo pessoal, gostaria muito que ele estivesse nesta Casa, mas por alguns motivos isso não foi possível, mas o trabalho continua, a Câmara tem hoje, também, uma excelente assessora jurídica fazendo o seu trabalho. Essa empresa que foi contratada é por noventa dias, vai prorrogar por mais um mês porque a Vereadora Janaina entrou na Justiça por duas ou três vezes, atrapalhando a investigação. Investigar não quer dizer que vai cassar ou que vai afastar o Prefeito, vão investigar os fatos que a Vereadora falou, se tiver errado alguém vai ser punido e se não tiver será absolvido. Esse

dinheiro que está sendo gasto para essa assessoria jurídica, é um dinheiro que está sendo muito bem empregado porque a Câmara tem que dar explicação a população. O povo quer um esclarecimento, quer ver o Vereador que está fazendo negociação com o Prefeito, o Vereador que está defendendo o povo. O Vereador Alcemar comentou ainda que é independente e que não está agarrado com o Prefeito, mas se o Prefeito precisar dele se for para ajudar a população vai estar junto, porém é independente. E tem certo Vereador que fica falando que tem Vereador que é da roça e concordou é da roça sim, tem um pequeno pedaço de terra, sobrevive com ele porque o salário de Vereador não dá para sobreviver, isso não é profissão. Lembrou que foi votado nesta Casa um projeto pedindo a isenção de IPTU do comércio e das casas atingidos pelas enchentes e teve Vereador que votou contra, tem comerciante que perdeu tudo e só o IPTU dele é dez mil reais e eles tiveram a coragem de votar contra. Disse que é da roça com muito orgulho, pode até falar errado, mas tem honestidade e transparência. Não precisam debater a vida pessoal de ninguém. O Vereador Jurandi comentou que o que acha muito interessante, a Vereadora fez uma acusação do Prefeito de nota superfaturada da festa, e por muito menos que falou do Prefeito, coisas que foram verdade o Prefeito fez vídeo, e com relação ao que foi falado pela Vereadora a reação dele foi diferente, em sua opinião está amarrado. A Vereadora Janaina comentou que quando assinou o documento, assinou sim, solicitou sim o assessor na condição junto com os colegas dentro do gabinete do Presidente desta Casa, solicitando na condição que fosse a pessoa do ex-assessor dessa Egrégia Casa de Leis, Dr. Leandro. Respeita a escolha do Presidente, não tem nada a reclamar da assessora Dr^a Samira, mas está no seu direito, como os demais colegas de questionar, e disse que não vai permitir que o Presidente altere a voz com ela porque nunca alterou a voz com ele. E em relação a contratação do seu advogado é uma coisa pessoal, não tem que falar do seu contrato, do seu advogado,

é coisa particular. Voltou a dizer que assinou e assinaria de novo com o objetivo que fosse o retorno do Dr. Leandro. O Presidente informou que o documento não fala nome de ninguém. A Vereadora Janaina disse que o Presidente sabia que o diálogo dentro do Gabinete dele era a reivindicação de um assessor para que desse uma segunda oportunidade ao Dr. Leandro, pessoa que trabalho nesta Casa de Leis por dezessete anos e foi sim na pessoa do Dr. Leandro e nada mais. Disse ainda que em momento nenhum quando pronunciou denunciou o Prefeito, não é denunciante. As falas dos Vereadores não vão colar. O Vereador Jurandi pediu que voltasse ao Requerimento. O Presidente submeteu a votação os Requerimentos nº 091 e 092/2023 de autoria do Vereador Jurandi, os Vereadores Alcemar, Marven e Jurandi votaram favoráveis, os Vereadores Fifi, José Manoel e Janaina votaram contra, havendo empate o Presidente votou favorável aos Requerimentos, ficando, portanto **aprovados**. O Vereador Jurandi comentou que é lamentável ver os Vereadores contra uma nota de repúdio porque é concordar com o erro.

Requerimento nº 089/2023 de autoria do Vereador Roberto João solicitando ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que providencie a manutenção da iluminação do Campo Bom de Bola e também da Quadra de areia, localizados no Bairro João Marcelino de Freitas - Vala.

Aprovado. Projeto de Decreto Legislativo nº 066/2023 de autoria do Vereador Roberto João, “Susta os efeitos do Decreto Municipal nº 7.341/2023, que estabeleceu datas de vencimento do IPTU e taxa de serviços urbanos”. O Presidente esclareceu que na sessão passada, na intenção de suspender os efeitos do Decreto do Executivo que fixou as datas para pagamento de IPTU, datas essas que foram irrazoáveis, foram datas que anteciparam sem nenhuma justificativa, sem nenhum tipo de divulgação de massa porque sempre foi feito o recolhimento de imposto IPTU no segundo semestre, esse ano o Executivo resolveu de forma arbitrária fixar para 10 de maio e nos dias anteriores a sessão apresentou um Decreto

Legislativo para sustar os efeitos do Decreto do Executivo, infelizmente na data de 10 de maio, no dia do vencimento o Executivo prorrogou para mais um mês, no caso dia 12 de junho, entretanto essa data continua desproporcional para o contribuinte, prorrogar para mais trinta dias sendo que sempre foi feito o recolhimento o segundo semestre, então o Decreto Legislativo da sessão passada prorrogava por mais noventa dias e o que quer com esse Decreto Legislativo é suspender esse novo Decreto do Executivo para prorrogar por mais noventa dias, já está prorrogado por mais um mês e agora por mais sessenta a contar desse novo Decreto. A população de São José do Calçado está passando por uma crise econômica, é um município fraco economicamente hoje e temos uma situação de calamidade que foram as enchentes, temos um projeto que trata dessa matéria que é a remissão do imposto para os atingidos, mas nesse primeiro momento, espera conseguir através do voto dos senhores vereadores sustar os efeitos do Decreto do Executivo para prorrogar por mais um prazo, porque o Executivo prorrogou por mais trinta dias e com isso quer prorrogar por mais sessenta dias para o contribuinte calçadense poder pagar o seu IPTU em quota única, é um projeto de interesse social e econômico para a população. A Câmara precisa aprovar esse projeto para dar um alívio para a população calçadense. Os Vereadores continuaram a fazer as suas considerações sobre a matéria. Submetido a votação, todos os Vereadores presentes votaram favoráveis, sendo Vereadores Marven, Alcemar, Fifi, José Manoel, Jurandi e Janaina, ficando, portanto, **aprovado. PALAVRA FRANQUEADA.** O Presidente concedeu a palavra a Vereadora Janaina que após cumprimentar a todos iniciou suas falas dizendo que lugar de mulher é aonde ela quiser, fazendo o que ela quiser, lugar de mulher lavando roupa, cuidando dos filhos, legislando pelo povo. Estão Vereadores, estão Presidente, estão Prefeito, tudo na vida é de passagem, não vai ser um simples grito ou um cortar de microfone que vai lhe calar ou intimidar, porque educação trazemos de berço e hoje uma mulher que representa aproximadamente as mulheres calçadenses, sente

vergonha porque quando cada um debate seus assuntos, a Vereadora disse que não representa o Executivo, representa a população calçadense, representa o povo, a sua cadeira não é sua, a sua cadeira é do povo. Então não vai ser um simples grito de uma pessoa que está Presidente pelo seu voto que vai intimidar. Disse que pode pegar as filmagens do ex-presidente, primeiro biênio, segundo biênio, terceiro biênio se Janaina Belini teve o microfone cortado. A Vereadora disse que é ansiosa, pode até sem querer e pediu desculpas se atropelou algumas vezes o seu colega, mas essa brutalidade, gritos, nem na sua casa está acostumada, nem seu marido, nem seu pai e nem o seu avô nunca gritaram assim com ela, disse ainda que isso deve ser sinal de algum desespero, ou sabe-se lá o quê, respeita, mas é forte, é guerreira, o trabalho continua, na Constituição está escrito que os direitos são iguais por isso que em momento nenhum se sente fragilizada com um cortar de microfone ou um grito de uma pessoa que está Presidente porque permitiram com o seu voto. Continuando suas falas a Vereadora comentou que no trabalho de Vereador as conquistas chegam e escolheu estar Vereadora para levar benefícios a população e comunicou a população calçadense, que é uma satisfação muito grande, o seu requerimento aprovado por esta Casa de Leis quando reivindicou climatização para as salas de aula da CMEI Marieta Castro e hoje são quatorze salas com ar condicionado. É prestação de serviço é requerimento atendido. E disse que gostaria de agradecer porque agradecer também faz parte do seu trabalho, agradeceu o Secretário de Educação por ter atendido a sua solicitação para a instalação de ar condicionado para as crianças do primeiro ano e do segundo ano do Manoel Franco que estão sendo assistidas no espaço físico da CMEI Marieta Castro e as demais salas de aula. Disse ainda que é muito gratificante o dia 24 de maio a nível de Brasil e principalmente no Município de São José do Calçado, porque é o dia internacional da produção de café. A Vereadora corrigiu para dia 25 de maio. Acrescentou que São José do Calçado marca o Record nessa produção agrícola tão importante. O Município de São José do Calçado no ano de 2022 se destacou com quarenta mil sacas de café arábica, seis mil sacas de café conilon. São José do Calçado se destaca também no café especial. E hoje disse que iria se referenciar aos produtores rurais Leandro da Silva Ruel, Jucélia

Silva, Saime Domingues, Edgar da Silva Lima, Walmir de Oliveira, Francisco Torres e Roberto da Silva Souza, esses são os produtores rurais que se destacam no café especial alavancando o Município de São José do Calçado na produção cafeeira. Disse ainda que não poderia deixar de falar na técnica do ICAPER a Patrícia que leva assistência aos produtores rurais, são aproximadamente trinta produtores rurais que receberam duas mil mudas de café gratuitamente, projeto desta Casa de Leis. Agradeceu o Secretário de Agricultura por ter atendido a sua reivindicação e feito o patrolamento das estradas vicinais para a comunidade do pontão de cima e do pontão de baixo. A vereadora comentou também que está iniciando os festejos de emancipação política do nosso Município, um momento importante a solenidade da Câmara Municipal e desejou que todos possam ter uma abençoada semana e boas festas. Finalizando suas falas a Vereadora Janaina anunciou que amanhã, às 15 horas estarão com o Governador do Estado do Espírito Santo e sua comitiva e estará cobrando do Governador segurança pública porque hoje em São José do Calçado a população está a mercê da vulnerabilidade do furto, dos roubos. Estará amanhã levando as reivindicações da comunidade e relatou que foi muito triste na semana passada quando a loja Ciclomar foi roubada, quebraram a porta de vidro. Sabe que a cidade precisa de segurança pública e enquanto representante do povo não está fazendo de conta que não está vendo a necessidade, o clamor do povo. Hoje as pessoas que estão entrando nas casas são pessoas vulneráveis ao vício, são pessoas doentes que precisam ser tratadas. E como representante do povo vai reivindicar tanto como Coronel Ramalho, tanto com o Dr. Arruda a necessidade de rever o conceito da parte de segurança pública do Município de São José do Calçado. Agradeceu por conseguir trabalhar e estar levando conquistas as comunidades, por conseguir levar o seu trabalho a cada um que nela confia. Finalizando deixou bem claro que não está aqui para trabalhar para Vereador está aqui para trabalhar para o povo, tem uma prestação de serviço para o povo. Não tem que prestar conta do seu trabalho para Vereador. Tem que ter transparência do seu trabalho para o povo. A sua prestação de conta é para quem ela bate na porta e pede o seu voto. Finalizando desejou que Deus abençoasse as famílias e a todos que trabalham e lutam por toda

comunidade calçadense. O Presidente desta Casa usou a Tribuna e disse que tinha separado um tema para ser tratado nesta noite, mas inicialmente vai fazer uso do seu direito de resposta. Disse que respeita muito a Vereadora Janaina e precisam saber o seu momento de fala, cada Vereador tem direito ao seu momento de fala, quem determina e quem concede a fala é o Presidente. Relatou que estava fazendo uso da palavra e a Vereadora mais uma vez o interrompeu. Refrescar um pouco a memória, tudo isso que está acontecendo na Câmara começou com uma falta de educação quando a Vereadora o retirou da Tribuna e em momento algum fez falta de educação com ela, permitiu que ela tomasse o seu lugar, então a falta de educação não é da sua parte. Sempre foi uma pessoa que respeita e trata todos com educação, quem conhece a sua índole sabe disso. O Presidente continuou a relatar que tudo isso que aconteceu na Câmara, a denúncia, a investigação, a contratação da advocacia, começou com uma falta de educação da Vereadora quando ela, de forma descontrolada, tomou o seu lugar de fala na sessão do dia 10 de março. Então, não venha com hipocrisia, querer desmerecer o seu trabalho. Estava no seu direito de fala e a vereadora o interrompeu, e quanto a isso agiu com pulso, como um Presidente deve agir e suspendeu o momento de fala dela naquele momento, somente isso, não devem querer fazer um discurso de vítima ou discurso feminista porque ele sempre a tratou com respeito. Mas também exige respeito e exige respeito à presidência porque está Presidente é verdade, mas sendo Presidente tem que agir como tal, e o Presidente tem que por ordem na Casa. Afirmou que ordem não vai faltar. Disse que todos os Vereadores podem contar com ele, sabem da sua colaboração, da sua educação com todos e da sua cordialidade, então esse discurso não cola, está tudo gravado e todos estão vendo, não precisa tentar desvirtuar as falas porque as pessoas estão vendo, são sensatas e sabem o que de fato aconteceu. Continuando suas falas o Presidente disse que gostaria de falar para a população de Calçado sobre segurança pública. A Câmara tinha uma audiência marcada para o dia 19 de maio, essa audiência foi desmarcada e a Câmara não teve retorno, iria receber o Secretário de Segurança Pública, Coronel Ramalho, porém o mesmo não pôde estar presente na data e até o presente momento não conseguiram remarcar essa audiência. São José do

Calçado é um Município fronteiriço com o Estado do Rio de Janeiro, e todos sabem que é um Estado muito mais violento que o nosso e por estarmos na divisa sofremos com os impactos geográficos que traz. A muitos anos que a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo vem passando por um processo de sucateamento, que se agravou nos últimos cinco anos e que o Governador Renato Casagrande está tentando reverter, mas a passos, os quais acredita, um pouco lento. A Polícia Militar do Estado do Espírito Santo não tem condições de operar só com o efetivo abaixo de dez mil homens, é um efetivo que não proporciona segurança ao Estado. A pouco tempo foi feito um concurso para cerca de mil vagas, mas ainda é pouco. Está previsto um novo, mas o Estado precisa de uma recomposição do quadro de pessoal de militares da Polícia Militar que permita que os municípios tenham um efetivo que condiga com o contingente populacional. Não é concebível um Município como Calçado com três Distritos, uma Sede, uma área rural grande ter três militares por plantão, uma viatura e uma outra sucateada. Se tiver uma ocorrência em Calçado, até levar a Jerônimo Monteiro para o centro de detenção provisória o município fica desguarnecido, então é irracional atuar com um corpo de militares dessa forma. O Presidente continuou relatando que a Polícia Civil também não tem efetivo, porque não adianta nada fazer o trabalho ostensivo, prender o criminoso e o crime não ser investigado porque não tem efetivo, a polícia de investigação tem que operar porque senão o crime não vai ser apurado. Pode pesquisar quantos crimes no Brasil são devidamente apurados e coincide com uma sentença, uma condenação criminal, a maior parte passa despercebido, justamente porque temos uma polícia militar com pouco efetivo e uma polícia civil também com efetivo que não condiz ao quantitativo populacional. O Estado precisa assumir a necessidade de recompor esse pessoal. Perguntou se obras são importantes, respondeu são, perguntou quantos milhões foram destinados em obras para Calçado, respondeu aproximadamente duzentos milhões, e perguntou quanto custa mais cinco ou seis militares para atuar no município, anualmente. Teria que ser feita essa conta. Quando vai se contabilizar o investimento o Estado do Espírito Santo teria que, as vezes, desconsiderar um pouco as obras e considerar mais a segurança pública. O valor que vai

custar as vezes vai trazer uma contrapartida muito mais importante do que uma obra, ter um policial, um efetivo na polícia que proporcione segurança para a sociedade. Disse ainda que precisam falar sobre a questão da legislação penal, e sempre repete isso, o Código Penal e o Código de Processo Penal é de 1943, foi um Decreto Lei de Getúlio Vargas, não foi nem uma Lei promulgada, trabalhada pelo Congresso, na década de 80 teve uma grande reforma, todo ano estão tentando fazer uma reforma, é uma colcha de retalhos a lei penal brasileira, mas não tem um sistema penal que puna, que coloque o criminoso na cadeia. O criminoso, muitas das vezes, é levado a cometer um furto, invadir uma casa, assaltar uma pessoa, invadir uma loja porque ele acredita na impunidade, um município que não tem policiamento suficiente, uma polícia civil sucateada e uma legislação penal que garante ao réu muitas das vezes benefícios que transparece uma sensação de impunidade a sociedade e perguntou aonde nós vamos chegar dessa forma. A sociedade cobra dos Vereadores. Perguntou o que os Vereadores podem fazer por isso. Essa Câmara, no âmbito municipal apresentou alguns projetos para tentar fazer com que o município desse uma contrapartida, em 2021 foi aprovado um projeto de guarda municipal e não foi implementado, lembrou ainda que apresentou um requerimento solicitando a instalação de câmeras de vídeo monitoramento, não vai resolver, mas se tiver câmera em pontos estratégicos e com um vigilante acompanhando, muitas das vezes consegue inibir o crime, porque sabendo que está sendo filmado o criminoso se sente coibido a praticar o crime porque a chance de ser apurado e ser condenado é muito maior. A Câmara está fazendo o seu papel e conta com o Executivo para implementar esse projetos apresentados pela Câmara. Os Municípios vizinhos de Bom Jesus do Norte, Apiacá e Guaçuí implementaram a Câmara na entrada e saída do Município, o chamado “cerco inteligente” e Calçado não foi contemplado com o cerco inteligente. Porque se tiver um bloqueio na entrada e saída do município consegue controlar a rota de fuga do criminoso, a câmera tem esse papel. A câmera é uma forma de assessorar a polícia. Fez esse apelo ao Executivo, precisamos das câmeras, precisamos da guarda, mas precisamos que o Governo do Estado recomponha o efetivo militar, não é viável Calçado continuar com três militares por plantão, com uma

polícia civil que também não tem uma estrutura necessária e continuar com essa legislação penal. Enquanto o Brasil continuar com essa legislação penal vai ser um país que mata muito, uma taxa de homicídios superior a quarenta mil por ano, um índice de furtos que ninguém controla e outros crimes muito piores. É isso que pode dizer para a população. Como Vereador não tem condições de implementar um programa, só tem condição de cobrar. O papel do Vereador é cobrar. Afirmou que vai enviar ofício a Secretaria de Segurança Pública reivindicando a audiência pública com o Secretário, o Secretário precisa ouvir os Vereadores e conhecer a realidade do município, Calçado também quer ser acolhido, segurança pública é prioridade em nosso Município. Não adianta nada trazer investidores e eles não terem segurança, se as empresas começarem a ser alvo de furtos eles vão embora, os empresários não vão querer conviver com uma situação de insegurança. Calçado teve vários comércios sendo saqueados no período noturno, porta sendo arrombada e isso é uma preocupação. E o desenvolvimento econômico traz esse tipo de conflito porque ele vai atrair pessoas de índole ruim para o município. Se Calçado quer crescer precisa estar preparado no ponto de vista de segurança. Sendo assim, vem dar a sua satisfação, enquanto Vereador para que algo seja feito no âmbito da segurança pública em São José do Calçado. Com a palavra o Vereador Alcemar, após cumprimentar a todos, também falou sobre segurança pública, lembrou que o Secretário de Segurança Pública desmarcou a audiência pública que seria realizada nesta Casa nesse mês de maio. Citou diversos furtos ocorridos em nossa cidade. Disse ainda que o Secretário de Segurança Pública justificou que não faria a audiência porque o Prefeito e o Secretário não estariam na Cidade porque tinham um outro compromisso e vai aguardar o gabinete do Prefeito ver o dia que ele poderá atender para poder remarcar essa audiência pública, só que os comerciantes e a população não podem ficar esperando. Sua preocupação é se continuar esses roubos acabar colocando um cidadão de bem em uma situação complicada por defender a sua família. Se essas pessoas que estão agindo dessa forma forem usuário de drogas, o município deveria levar para fazer um tratamento. Precisam buscar saber o que está acontecendo com essas pessoas, se elas têm família e não tem emprego e optaram

por esse lado. O Prefeito Municipal precisa ter conhecimento da situação, precisa ter uma investigação para tomar as providências cabíveis em cada caso. Mas não deve deixar isso acontecer em nossa Cidade, nunca teve isso. Se colocou a disposição da população para o que preciso para cobrar, porque o Vereador não tem o poder de decisão. Comentou que já apresentou requerimento pedindo a substituição do cano de esgoto na rua do loteamento das casas populares do Distrito de Alto Calçado, porque o cano existente não suporta o volume de água e estoura nas residências e na caixa e está precisando colocar manilha ou um cano maior, são aproximadamente cinqüenta metros, e o povo está sofrendo com essa situação. E vem pedir novamente ao Prefeito e ao Secretário que tome providências. Comentou ainda que foi feito calçamento na Soledade, fizeram quebra-mola na zona rural e fez um requerimento solicitando quebra-mola dentro da comunidade e o Prefeito justificou que não pode, porém os moradores estão reivindicando, porque tem muita criança e está perigoso. Não entende o motivo pelo qual o Prefeito não quer fazer. O Vereador Alcemar comentou também que os moradores do Bairro da Terra Roxa estão indignados com tanto vazamento de esgoto que está freqüentemente acontecendo no Bairro. Comentou ainda que começou a festa do município e já tem vários pecuaristas, e como em toda festa tinha uma equipe da Secretaria de Agricultura que fazia uma visita a cada pecuarista do município convidando para participar do concurso leiteiro e conversando com o Secretário o mesmo informou que não foi feito esse convite a ninguém, só lançaram o concurso leiteiro e deixaram os próprios produtores procurarem a Secretaria, o Vereador Alcemar disse que não concorda com essa atitude, porque o Prefeito paga um valor enorme de mídia e hoje foi publicado o trigésimo quinto concurso leiteiro tem início com promessa de competição acirrada, dia 25/05/2023. E perguntou porque que a Prefeitura Municipal não fez uma nota encaminhando para esta Casa e no site da Prefeitura para convidar os produtores, vários produtores ficaram sabendo depois que já não tinha mais vaga, hoje tem dezenove vagas, porém só tem dezoito animais porque não deu para um comparecer. O Vereador considera um desrespeito muito grande para com os nossos pecuaristas porque tem muitos que sobrevivem daquilo, ele

é campeão e dono e sempre participou do concurso leiteiro e este ano não foram convidados a participar, não receberam visita para a seleção. E perguntou se a festa é particular ou pública. Se a questão é porque tem poucas vagas é só fazer as inscrições e depois fazer o sorteio. Disse que é um pequeno produtor também e vai defender a classe. Disse ainda que tem produtor no Município que o Secretário autorizou o caminhão do município buscar silo em Ponte Itabapoana para ele e no meio do caminho, alguém descobriu, não sabe dizer quem, para qual produtor que era para entregar o silo, e de um deles entregou no posto e do outro deixaram no asfalto, o do produtor de São Benedito o Secretário não deixou levar cinquenta sacos de silo para ele. O Vereador Alcemar perguntou se isso é governar para todos. Perguntou ainda como é que vai aceitar uma coisa dessas. Disse que será muito boa a vinda do Governador em nossa Cidade. Disse ainda que a comunidade Santa Terezinha está precisando da construção de uma ponte vai fazer dois anos que a chuva arrancou, conversou com o Secretário que mandou construir uma provisória para passar os veículos pequenos no caso de necessidade, mas, tem vários produtores naquela comunidade que não estão tendo como escoar o café porque a máquina de café ambulante não passa na ponte, o caminhão para buscar o café não passa na ponte, o trator cheio de café não passa na ponte. Foram feitos tantos investimentos em obra no município e perguntou quanto custa para fazer uma ponte. Comentou que está indignado de chegar obra para vários lugares e uma comunidade não ter o direito de escoar o seu produto com dignidade. E perguntou que administração é essa. Precisam dar o direito de ir e vir ao cidadão. Disse que está Vereador porque optou por ajudar a comunidade calçadense porque se olhasse só para si estaria junto com o Prefeito, vendendo seu voto, trocando por viagem de carro, a população sabe. Esse ano a política está sendo diferente, todo mundo está sabendo o que está acontecendo, a população vai dar o troco. Em nome dos pequenos proprietários do município não vai estar na Divinéia amanhã porque sabe exatamente o que é ser um pequeno produtor. Finalizou suas falas deixando a sua indignação. O Presidente deliberou ao Plenário a prorrogação da sessão por mais trinta minutos para dar o direito de fala para cada Vereador, votaram favoráveis dos Vereadores que estavam

em Plenário, sendo Vereadores Marven, Fifi, José Manoel, Alcemar e Jurandi. Em seguida usou a Tribuna o Vereador Jurandi que após cumprimentar a todos falou a respeito de um vídeo que o Prefeito fez sobre o bairro da Terra Roxa, e lembrou quando falou na Tribuna que a Terra Roxa estava afundando o Prefeito não rebateu no outro dia, mas cinco dias depois o Prefeito levou uma equipe na Terra Roxa e fez um vídeo dizendo que a Terra Roxa estava tudo bem e que não tinha nada naquele Bairro, mas o que achou mais interessante é que o Prefeito foi entrevistar o motorista do ônibus e acabou a entrevista. E agora nesta noite vem novamente denunciar, na Terra Roxa está difícil de passar e sugeriu que faça um novo vídeo e mostre o estado das ruas. Disse ainda que as obras do município estão saindo caras, mas estão ficando muito bonitas. Parabenizou a conduta do Vereador Fifi enquanto Secretário. Disse que se estiver com o Governador vai fazer um convite para que o mesmo faça uma visita ao Bairro da Terra Roxa. Ainda o Vereador Jurandi comentou que o ex-promotor Dr. Antonio João publicou no Broinha a notícia de uma licitação de dois caminhões pipa, um motorista e dois ajudantes no valor de sete milhões. Disse ainda que quando estava a frente do Lar de Idosos o Prefeito o colocou como um bandido, sendo que é um lugar que não tem dinheiro que vive de setenta por cento do salário dos idosos e ainda fez muita coisa para o local, e o Prefeito já deixou de repassar em 2021 sessenta mil reais para compra de gêneros alimentícios que vai do convênio de fundo a fundo. Ainda o Vereador Jurandi comentou que a justiça nega cautelar ao Prefeito que tenta impedir o Dr. Antonio João denunciar porque ele entrou com várias ações contra ele. Citou valores de várias licitações feitas pelo Executivo. Falou ainda da necessidade de colocar uma manilha na Rua João Meroveu no Distrito de Alto Calçado. Falou diversas coisas que precisam providências urgentes e disse que isso é que precisam mostrar para o Governador, porque é muita hipocrisia que aparece nesta Tribuna. Deixou registrado para o povo de Alto Calçado e para o povo da cidade que está sofrendo com o calçamento que espera que Deus possa enviar alguém para fazer o que a Cidade precisa. Dando prosseguimento usou a palavra franqueada o Vereador Marven que após cumprimentar a todos, falou sobre um projeto de lei de sua autoria, apresentado no dia 12/06/2021 sobre a

obrigatoriedade da realização de curso de primeiros socorros e prevenção de acidente, pelos menos a um funcionário de escolas, creches ou centro de educação infantil instalados no município de São José do Calçado e relatou que como todos sabem aconteceu um fato lamentável no Estado do Espírito Santo, na Serra onde uma criança de dois anos se engasgou com ovo na hora da merenda e esse projeto que apresentou em 2021 é visando qualquer acidente que acontecesse nas escolas e creches do nosso município, a intenção desse projeto é dar segurança para as crianças para que possam ir para a escola bem e retornem para os lares bem. Hoje apresentou um requerimento solicitando ao Secretário de Educação que informe o nome desses profissionais que fizeram esse curso de primeiros socorros, o projeto de lei foi aprovado por unanimidade nesta Casa, sancionado e agora quer saber se ele foi colocado em prática. O Vereador Marven comentou que tudo o que vem fazendo em seu mandato, quando fez o vídeo na escola Manoel Franco cobrando que fossem retiradas as salas adaptadas na quadra foi pensando na segurança das crianças e graças a Deus com o apoio dessa Casa de Leis e todos os Vereadores conseguiram reverter a situação, retirando as salas adaptadas porque ali era uma tragédia anunciada, as mães chamaram a TV GAZETA, conseguiram envolver a Superintendência Regional e conseguiram reverter a situação. Sendo assim pede ao Secretário de Educação que mande para esta Casa a lista dos profissionais que fizeram esse curso, curso que precisa ser feito anualmente. Falou também sobre a segurança pública conforme os colegas falaram, foi difícil conseguir agendar com o Secretário de Segurança Coronel Ramalho, mas infelizmente foi desmarcada, porque era um momento que mais precisavam, porque está acontecendo muitos furtos, roubos e tráfico de drogas em São José do Calçado. O Vereador Marven comentou que se as autoridades competentes não tomarem uma definitiva forma de tentar minimizar essa situação a tendência é piorar porque está vindo empresas para o município e conseqüentemente virão pessoas de fora atrás de uma vaga de emprego e com certeza, se nada for feito agora, a insegurança vai aumentar. Lembrou que tiveram uma audiência pública importante sobre a segurança nas escolas, o subtenente estava presente e passou a situação da polícia militar em São José do

Calçado, e são dois policiais militares por plantão e não três como foi falado pelo Presidente. E perguntou como atende a zona rural e a sede do município. É difícil. E a população está a mercê da bandidagem. Alertou a todos quando saírem que tranque sua casa porque é o momento de vulnerabilidade que eles vão aproveitar para querer furtar o seu bem, cada dia é um furto diferente acontecendo em Calçado no comércio, nas casas e de motos. Comentou também sobre o cerco inteligente destacando que nos municípios vizinhos tem e não sabe o motivo pelo qual Calçado não tem. Pediu ao Presidente que envie ofício ao Executivo para ele aderir esse programa do cerco inteligente para trazer um pouco de segurança para a população. Aproveitando a oportunidade pediu ao Governador Renato Casagrande que ajude a nossa cidade, mais ainda do que já está fazendo, porque agora a população está precisando de segurança. Agradeceu ao Governador por todas as obras que estão acontecendo no município, principalmente a obra de infra-estrutura. Citou que a população de Calçado vem passando por momentos muito difíceis, como foi a pandemia onde perdemos muitos entes queridos, passamos por várias enchentes a pouco tempo, e agora essa onda de furtos e roubos e nada está sendo feito a população está clamando ajuda. Sendo assim vem pedir a toda a equipe do governo do Estado e Deputados Estaduais e Federais que ajudem São José do Calçado na questão da segurança pública. O Vereador Marven comentou que está sendo um mandato muito difícil, um desafio, só os que estão aqui em todas as sessões recebendo a demanda da população sabe como é que funciona, o Vereador para estar do lado do povo paga um preço muito caro, não está reclamando e nem se vitimizando porque foram eleitos para isso e todos os debates que acontecem nesta Casa é para defender o cidadão calçadense, porque é muito fácil falar muitas coisas na Tribuna desta Casa, mas na prática, fazer o seu papel de Vereador não é feito, mas as pessoas estão assistindo as sessões desta Casa a audiência vem crescendo a cada sessão, e isso porque a população sabe que o Legislativo está fazendo um trabalho diferenciado, e até o final do mandato vai continuar fazendo, independente se vai se reeleger ou não. Porém, também tem como o Vereador atuar para ele próprio conforme foi citado aqui “eu faço as coisas do meu jeito”, mas não pode ser assim, o jeito que tem

que ser feito é pelo povo, tudo tem que ser feito para o povo, mas não tem que ter demagogia não, o vereador na prática tem que falar e provar. Porque vir falar a na Tribuna e depois não agir quando precisa agir, se chama prevaricar. O Vereador pode sofrer sanções. Disse ainda que fez um compromisso com a população, como Relator da Comissão, vão investigar tudo o que precisa ser investigado, o que está dentro do processo que é sobre as falas da Vereadora Janaina. Vai trabalhar com imparcialidade. Desde o começo tem tentado mostrar transparência e imparcialidade nessa Comissão Processante. Comentou que só entrou no mérito sobre a empresa que está assessorando a Comissão de falar de valor, porque nunca viu fiscalizar o Executivo em nada, nunca viu cobrar um documento conforme ele vem cobrando e solicitando informações, mas agora quer cobrar do Legislativo, do Presidente da Câmara esse absurdo que diz, de contrato para assessorar. O Vereador Marven disse que concorda com o Vereador Jurandi quando diz que isso é medo, porque quando não se tem nada a temer você deixa acontecer, vai na transparência, mostra, argumenta os fatos, porém podem ter certeza de que nada vai passar em branco porque a Comissão é composta por pessoas sérias e a população pode esperar porque se tiver alguma coisa de errado, que acredita que tenha, mas quem tem que dizer isso é a Comissão, diante dos fatos e diante do processo, vai expor tudo para a população que acredita no seu trabalho, que acompanha a sessão, que manda mensagem para o seu whatsapp dando força. Sabe que está no caminho certo, são jovens, estão no primeiro mandato, têm muito que aprender, aprender com os erros, mas precisam calçar a sandália da humildade, ficar de deboche, rindo e debochando dos companheiros é um absurdo, uma falta de respeito, independente do que o Vereador fala, o outro tem que respeitar, deve debater com argumentos. Debochar e rir do colega Vereador é falta de ética, e não vai aceitar ser tratado dessa forma. Se você quer respeito, respeite o seu próximo. Agradeceu a todos que estão assistindo a sessão, lembrou que amanhã a Câmara fará a Sessão Solene onde os convidados irão receber honrarias e vai ser um dia muito importante. O Vereador Jurandi comentou que foi procurados por moradores do Distrito de Airituba reclamando da grande quantidade de pernilongos no Distrito e pediu ao Presidente que solicite ao Executivo providências com

relação a isso. Também parabenizou o Presidente pela forma como conduziu a sessão de hoje. O Vereador Marven comentou que solicitou o plano estratégico de combate a endemias da Secretaria de Saúde e recebeu esse documento onde consta o que seria feito em combate a endemias, que a vigilância ambiental montou, porém não foi feito nada. Na última sessão cobrou do Secretário, porque nem o produto para colocar na bomba costal não tem, o município não comprou e alegou que o Estado não tem. Mas Bom Jesus do Norte comprou. O Vereador Marven comentou que enviou um ofício solicitando que seja colocado em prática esse plano estratégico, a reclamação não é só do Distrito, mas também de toda a Sede do Município, a quantidade de mosquitos que tem no município nunca viu, antigamente tinha o carro fumacê, mas não sabe por que o município não contratou o carro fumacê. Ninguém mais inscrito para fazer o uso da palavra franqueada o Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente sessão e informou que a próxima sessão ordinária desta Casa será realizada no dia 12 de junho, numa segunda-feira, às 19 horas. Nada mais havendo a relatar, Janaina Luzia de Oliveira Pimentel Passalini, lavra a presente ata que vai devidamente assinada.

Roberto João M. C. Vervloet
Presidente

Janaina Luzia O. P. Passalini
Secretária ad hoc